

RICARDO
DAL
PIZZOL

**EXCEÇÃO
DE CONTRATO
NÃO CUMPRIDO**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

D136e Dal Pizzol, Ricardo
Exceção de contrato não cumprido / Ricardo Dal Pizzol. - Indaiatuba, SP :
Editora Foco, 2022.
520 p. ; 17cm x 24cm.
Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-65-5515-556-3
1. Direito. 2. Princípios contratuais. 3. Jurisprudência. I. Título.
2022-1676 CDD 340 CDU 34

Elaborado por Odílio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Direito 340
2. Direito 34

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	V
APRESENTAÇÃO.....	VII
INTRODUÇÃO	1
1. A <i>EXCEPTIO NON ADIMPLETI CONTRACTUS</i> NA HISTÓRIA	11
1.1 Direito Romano.....	14
1.1.1 Período arcaico e início do período clássico: obrigações autônomas entre si.....	15
1.1.2 Fim do período clássico e período pós-clássico: cresce a consciência da interdependência das obrigações nos contratos bilaterais.....	21
1.1.3 Limitações do modelo romano: ausência de regra geral e utilização rara do remédio	34
1.2 Idade Média.....	40
1.2.1 Alta Idade Média: retração do direito contratual.....	40
1.2.2 Escola dos Glosadores: avanço pouco significativo	42
1.2.3 Os canonistas e o princípio “ <i>frangenti fidem, non est fides servanda</i> ”	45
1.2.4 Os pós-glosadores. A fórmula de Bartolo	52
1.3 A <i>exceptio non adimpleti contractus</i> na modernidade.....	57
1.3.1 França: da “Escola de Cujas” a René Cassin	58
1.3.2 Alemanha: dos jusracionalistas ao BGB	69
1.4 A <i>Exceptio</i> na tradição luso-brasileira	77
1.4.1 Ordenações do Reino: construção de uma regra geral a partir das fontes subsidiárias.....	77
1.4.2 Da Consolidação das Leis Civis ao Código Civil de 2002.....	82
2. CONCEITO, MECANISMO E EFICÁCIA: A EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO COMO EXCEÇÃO MATERIAL, DILATÓRIA, DEPENDENTE E COMUM	93
2.1 Exceções materiais ou substanciais: contradireitos neutralizantes.....	94
2.2 A exceção de contrato não cumprido como exceção material.....	114

2.3	A exceção de contrato não cumprido como exceção dilatória.....	121
2.4	A exceção de contrato não cumprido como exceção dependente. O problema da prescrição das exceções.....	122
2.5	A exceção de contrato não cumprido como exceção comum (ou geral)	132
2.5.1	A oponibilidade da exceção de contrato não cumprido em relação a terceiros.....	133
2.5.2	Exceção de contrato não cumprido e pluralidade de partes	145
2.6	Considerações finais do capítulo	148
3.	REDEFININDO OS CONTORNOS DO INSTITUTO DA <i>EXCEPTIO NON ADIMPLETI CONTRACTUS</i> A PARTIR DAS NOÇÕES DE SINALAGMA, CAUSA CONCRETA E BOA-FÉ OBJETIVA	149
3.1	Sinalagma: o fundamento do remédio. Um conceito em expansão	151
3.1.1	A origem do termo	151
3.1.2	Sinalagma genético e funcional.....	156
3.1.3	Tipologia dos deveres nas relações obrigacionais complexas e abrangência do sinalagma	164
3.2	Causa do contrato. Medida de cabimento do remédio e critério de “sintonia fina”.....	188
3.2.1	Causa: um conceito necessário, mas não uma panaceia para a solução de todos os problemas contratuais.....	189
3.2.2	Causa: um caso de analogia de proporcionalidade.....	190
3.2.3	As quatro causas de Aristóteles: um ponto de partida	191
3.2.4	Elemento categorial inderrogável: forma e objeto. Negócios abstratos e causais. Causa pressuposta e final	198
3.2.5	Causas de atribuição patrimonial: credendi, solvendi, donandi. A visão ponteana de causa	207
3.2.6	A concepção atomística de causa: a causa da obrigação. Uma teoria a ser abandonada.....	209
3.2.7	Duas acepções de causa final: causa abstrata e causa concreta	213
3.2.8	Causa concreta e sinalagma expandido: aproximação dos conceitos	225
3.2.9	Causa concreta e cabimento da exceção de contrato não cumprido	228
3.3	Boa-fé objetiva: antes fundamento, agora limite para a exceção de contrato não cumprido.....	236
3.3.1	A boa-fé na gênese histórica da <i>exceptio</i> : fundamento original do instituto.....	236

3.3.2	Papel atual: a boa-fé a impor limites à invocação abusiva da exceção de contrato não cumprido.....	240
-------	--	-----

4.	REQUISITOS DE APLICAÇÃO DA EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO (ART. 476 DO CÓDIGO CIVIL). ÂMBITO DE INCIDÊNCIA	285
4.1	Delineamento dos requisitos.....	285
4.2	Os deveres de prestar do excipiente e do excepto precisam ser sinalagmáticos ou correspectivos entre si	289
4.2.1	Contratos bilaterais imperfeitos. Impossibilidade de invocação da exceção de contrato não cumprido. Direito de retenção.....	294
4.2.2	Contratos plurilaterais. Sinalagma indireto e mediato. Aplicação excepcional da exceção de contrato não cumprido.....	309
4.2.3	Obrigações recíprocas de restituição derivadas da resolução ou da pronúncia de invalidade de contratos (sinalagma invertido). Obrigações recíprocas estabelecidas em distratos, acordos judiciais e outras avenças. Cabimento, em tese, da exceção de contrato não cumprido nessas hipóteses.....	316
4.2.4	Contratos coligados e exceção de contrato não cumprido	321
4.3	Os deveres de prestar do excipiente e do excepto precisam ser contemporaneamente exigíveis no momento do exercício da exceção.....	341
4.3.1	A situação mais comum: simultaneidade das prestações (toma-lá-dá-cá). A outra hipótese: aplicação do princípio “de igual trato das dívidas vencidas”	342
4.3.2	Particularidades da aplicação do requisito da contemporaneidade aos contratos de duração.....	349
4.4	Incumprimento do excepto não imputável ao excipiente, que atinja o núcleo funcional do contrato e guarde proporcionalidade com a prestação que está sendo demandada	354
4.4.1	Configuração atual do binômio adimplemento-inadimplemento.....	356
4.4.2	A patologia da relação obrigacional: o inadimplemento em suas várias modalidades.....	359
4.4.3	Inadimplemento definitivo do excepto e exceção de contrato não cumprido.....	367
4.4.4	Mora total do excepto e exceção de contrato não cumprido. Cabimento do remédio em casos de retardamento não culposo do excepto.....	369
4.4.5	Exceptio non rite adimpleti contractus: mora parcial, cumprimento imperfeito e violação positiva do contrato	369

5. ARTIGO 477 DO CÓDIGO CIVIL: A EXCEÇÃO DE INSEGURIDADE	375
5.1 Hipóteses de cabimento. Razão de ser do instituto. Diferenças em relação à exceção do contrato não cumprido (art. 476 do Código Civil)	376
5.2 O requisito da diminuição patrimonial que comprometa ou torne duvidoso o adimplemento. A garantia a ser prestada para elidir a exceção	386
5.3 Art. 495 do Código Civil: uma exceção de insegurança diferenciada para o contrato de compra e venda? Análise da utilidade desse dispositivo	392
6. O DIREITO DE SUSPENDER O CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO EM FACE DO INADIMPLEMENTO DA PARTE CONTRÁRIA NOS PAÍSES DE <i>COMMON LAW</i> . A DOUTRINA DA <i>SUSPENSION OF PERFORMANCE</i>	403
6.1 Caminhos distintos dos seguidos até aqui	403
6.2 Reino Unido	407
6.3 Estados Unidos.....	416
6.4 Comparações finais. <i>Common law</i> e <i>civil law</i>	422
7. EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO: EXAME SEGUNDO OS POSTULADOS DA <i>LAW AND ECONOMICS</i>	423
7.1 Análise Econômica do Direito e teoria contratual	424
7.2 Quebra de contrato. Remédios disponíveis. A <i>exceptio</i> como alternativa de autotutela	431
7.2.1 Indenizações (<i>damages</i>) e execução específica da obrigação (<i>specific performance</i>).....	432
7.2.2 Vantagens da <i>exceptio</i> , enquanto forma de autotutela (<i>self-help remedy</i>)	436
7.3 Considerações finais do capítulo	440
8. EXERCÍCIO DA EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO EM JUÍZO. PRINCIPAIS REPERCUSSÕES NO PROCESSO CIVIL.....	443
8.1 Noções prévias a respeito da exceção no Direito Processual	443
8.2 A exceção de contrato não cumprido no processo de conhecimento	449
8.2.1 Meio adequado de alegação.....	449
8.2.2 A exceção de contrato não cumprido como meio de defesa para ações em que se pede o cumprimento da obrigação. Incompatibilidade lógica de sua arguição em ações de resolução do contrato.....	453
8.2.3 Conhecimento de ofício e preclusão	456
8.2.4 Resposta à exceção. Adimplemento substancial e <i>exceptio</i>	460

8.2.5	Ônus da prova	463
8.2.6	Consequências do acolhimento da exceptio: sentença de procedência ou improcedência?	465
8.3	A exceção de contrato não cumprido no processo de execução e na fase de cumprimento de sentença	470
8.3.1	Meios adequados de alegação	470
8.3.2	Conhecimento de ofício e preclusão	472
8.3.3	Resposta à exceção	476
8.3.4	Ônus da prova	476
8.3.5	Decisão que acolhe a exceptio. Impactos na execução	476
	CONCLUSÃO	479
	BIBLIOGRAFIA	487